



NOSSOS SABERES

práticas para transformar o mundo



NOSSOS SABERES

NOSSOS SABERES

práticas para transformar o mundo

2022



© 2022 by Novos Paradigmas

Entrevistas e textos:
Alex Pegna Hercog
Iury Abreu Tavares Batista

Preparação e revisão:
Raquel Catalani

Projeto gráfico, capa e editoração:
Alessandra S. O. de Proença

Colaboração editorial:
Anna Paula Pedra

Realização:
Abong e Iser Assessoria

Parceria:
Ibase – Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas

Apoio:
Misereor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nossos saberes : práticas para transformar o mundo / [organização Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais]. -- São Paulo : Abong, 2022.

ISBN 978-65-993379-1-8

1. Ciências sociais 2. Economia solidária
3. Feminismo 4. Paradigmas (Ciências sociais)
I. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

22-116421

CDD 300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Abong
Rua General Jardim, 660, cj. 81.
01223-010 São Paulo – SP
Tel.: 11 3237-2122
www.abong.org.br
e-mail: abong@abong.org.br

Iser Assessoria
Rua México, 31, sl. 501
20031-144 Rio de Janeiro – RJ
Tel: 55 (21) 2524-9761
www.iserassessoria.org.br
www.portaldascebs.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

1 HORTA POPULAR BECOS E VIELAS (SP) 16

2 O BENEFICIAMENTO DO CAJU E A INDEPENDÊNCIA
DAS MULHERES (PI) 30

3 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA (PA) 44

4 CURSO DE FORMAÇÃO DE JURISTAS POPULARES (PB) 54

5 SARAU NO MANGUEZAU (BA) 66

6 TRILHA RAÍZES: RESGATE E PRESERVAÇÃO
DOS CONHECIMENTOS INDÍGENAS (SC) 80

7 ILERA: ANCESTRALIDADE E SAÚDE
(SP) 90

8

AÇÃO MEMORIAL CULTURAL:
PROJETO CAPOEIRA ANGOLA (PE) 100

9

COLETIVO CARRAPICHO VIRTUAL:
EDUCOMUNICAÇÃO COM ADOLESCENTES E JOVENS
DO VALE DO SALITRE (BA) 114

10

FEIRA CULTURAL DA REFORMA AGRÁRIA
(CE) 128



APRESENTAÇÃO

A publicação da cartilha *Nossos Saberes: práticas para transformar o mundo* é uma realização do projeto “Novos Paradigmas: para um outro mundo possível”, iniciativa da Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e do Iser Assessoria em parceria com o Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e apoio financeiro da agência alemã Misereor.

Desde 2014, por meio das diversas atividades realizadas no projeto (novosparadigmas.org.br), temos assumido dois importantes compromissos: o primeiro é o de *denunciar* o modelo exploratório e globalizado dominante na sociedade, que vem destruindo nosso planeta e a vida dos povos; e o segundo, e ainda mais significativo, é o de *apresentar* saídas, afirmando que há alternativas, ao contrário do que

1 Disponível no site do projeto <novosparadigmas.org.br>, o Banco contém mais de 100 práticas pelo Brasil e outros países da América Latina sobre diferentes temáticas. As práticas podem ser encontradas por meio de uma busca interativa por mapa, por temas ou por palavra-chave, além de ser possível incluir uma nova prática.

os governos controlados por interesses neoliberais afirmam. Alternativas que já são vividas pelas nossas comunidades a partir de outros – às vezes novos, muitas outras, ancestrais – paradigmas. São paradigmas que têm como pilares os *nossos saberes*, que falam a partir da solidariedade, da cooperação e do cuidado. Saberes comunitários que circulam pela promoção da vida com dignidade para todas as pessoas e em respeito à natureza. Saberes que vão na contramão de um sistema de morte e que operam pela manutenção da vida.

Foi no sentido de dar voz a aquelas e aqueles que protagonizam esses *saberes* nos seus territórios que, no ano de 2021, o Projeto Novos Paradigmas lançou um edital para a seleção de dez práticas alternativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais pelo Brasil. Ampliando as experiências já contidas no nosso Banco de Práticas Alternativas¹, o intuito é de socializar e fortalecer práticas comunitárias que apontem para outros modos de viver (produzir, consumir, habitar, se relacionar, se organizar etc.), que aconteçam como ações políticas no caminho da superação das desigualdades, da desconstrução do racismo e do sexismo, da preservação da natureza e da gestão coletiva dos bens comuns.

Foi assim que, em apenas um mês de divulgação do edital, recebemos a inscrição de 101 práticas dos mais diversos temas e realizadas em diferentes territórios por todo o Brasil.

A partir dos critérios previamente divulgados e buscando contemplar uma variedade temática e geográfica, o resultado dessa difícil seleção² está reunido agora nesta Cartilha, com textos produzidos a partir de entrevistas feitas com cada uma dessas práticas.

Dentre os relatos, vocês vão conhecer a experiência de uma comunidade urbana que vem se transformando a partir da criação e cuidado de uma horta popular. É no meio da grande São Paulo, na cidade de Taboão da Serra, que a “*Horta Popular Becos e Vielas*” tem gerado impactos na alimentação, na renda e nos laços sociais dos moradores e moradoras, além de já ter mudado a paisagem do bairro. Já numa comunidade rural do Piauí, mulheres se organizaram para criação de uma alternativa de renda, gerando “*A independência feminina através do beneficiamento do caju*”. Uma iniciativa exitosa que cresceu e tem proporcionado autonomia financeira e maior autoestima às mulheres, além da fixação das famílias no campo e a contribuição para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Em uma cidade ribeirinha no Pará, outra iniciativa também tem gerado a permanência das comunidades em seus territórios. Por meio da “*Pedagogia da Alternância*”, os/as jovens de Óbidos são estimulados/as a estudar, trabalhar e produzir a partir de sua própria realidade, gerando interesse e conheci-

2 As demais práticas, que atenderam ao critério do edital, serão incluídas no nosso Banco de Práticas Alternativas e divulgadas posteriormente pelo projeto.

mentos voltados para o cuidado com a floresta e a biodiversidade. Já no estado da Paraíba, outra metodologia popular e criativa vem causando muitas transformações. Diante de um sistema que restringe o acesso ao direito à Justiça à população mais vulnerabilizada no país, uma fundação idealizou o “*Curso de Formação de Juristas Populares*”, iniciativa que tem capacitado lideranças para implementação de ações de defesa da cidadania e de acesso à Justiça nas comunidades.

A recuperação e a preservação de um mangue em Salvador, Bahia, poluído por uma fábrica de cimento e pela ocupação residencial descontrolada na região, é o objetivo que tem conquistado com muito êxito o movimento artístico do “*Sarau No Manguezau*”. Por meio “da arte periférica, da poesia, da música, da dança, do samba de roda, das caretas e das rezas”, os encontros têm promovido a preservação da memória, da cultura e da biodiversidade do mangue, além do sentimento de pertença e reflexões coletivas sobre importantes questões políticas que afetam a região. Na “*Trilha Raízes*”, o direcionamento também é feito pelo resgate e pela preservação dos conhecimentos tradicionais da floresta. Numa parceria entre a comunidade indígena e uma associação no município de Chapecó, em Santa Catarina, o projeto promove a visitação à mata da aldeia indígena, sob uma perspectiva de turismo de base comunitária, e a disseminação de diversos saberes

ancestrais a partir do uso das plantas da região, utilizadas na medicina, na culinária e no artesanato.

Outra experiência inspiradora que tem gerado transformação a partir dos conhecimentos de matrizes africanas e indígenas é apresentada com o *“Ilera: Ancestralidade e Saúde”*. Sediada em São Miguel Paulista, na zona leste da cidade de São Paulo, mas com integrantes em Roraima e Bahia, a rede é composta por mulheres negras e indígenas que vêm promovendo a economia criativa, o fortalecimento da memória e da identidade cultural dos povos originários e a disseminação de cuidados de saúde a partir dos saberes ancestrais. Já em Pernambuco, é possível conhecer a *“Ação Memorial Cultural: Projeto Capoeira Angola”*, uma prática itinerante pelo interior do estado que, além de manter viva essa manifestação cultural plenamente afro-brasileira, tem levado a prática e os ensinamentos da capoeira como ação preventiva a doenças e de recuperação da saúde. Ou seja: a cura se dá através da cultura!

Pensando na produção coletiva de um jornalismo engajado e contra-hegemônico, nasceu o *“Coletivo Carrapicho Virtual”*, projeto de educomunicação pelo qual adolescentes e jovens vem transformando o Vale do Salitre, região de Juazeiro, na Bahia. Já na cidade de Fortaleza, é a *“Feira Cultural da Reforma Agrária”* que tem promovido conscientização,

cultura e alimentação saudável para a população. Organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do estado do Ceará (MST/CE), a feira acontece periodicamente e, além de levar alimentos livres de veneno à população da cidade, promove manifestações culturais e artísticas e gera uma importante relação com os/as produtores/as rurais e a luta pela reforma agrária.

E é assim que, por meio dessas diferentes experiências e muitos saberes que coexistem, muitas vezes em resistência, podemos perceber evidenciada uma outra sociedade, que não só é possível mas já existe. Esperamos que vocês também sejam inspiradas e inspirados por esses saberes e que sigamos juntas e juntos na luta pela construção de práticas por uma sociedade mais justa, sustentável e digna para todas as pessoas e a natureza.

Ótima leitura!

GT Novos Paradigmas

Anna Paula Pedra

Athayde Motta

Débora Rodrigues

Franklin Félix

Ivo Lesbaupin

Mauri Cruz

Patrícia França

Raquel Catalani

1

Horta Popular

Becos e Vieiras (SP)

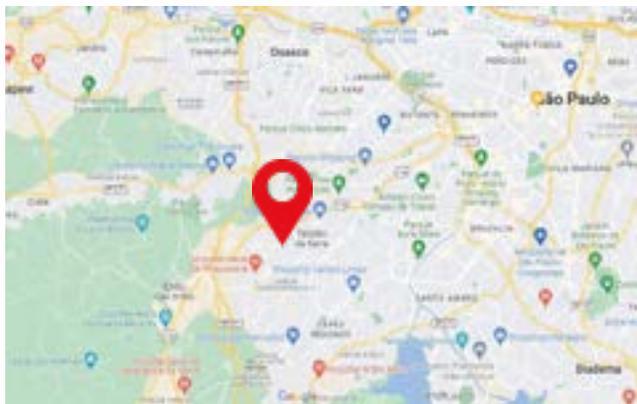


O conceito de segurança alimentar é um instrumento fundamental para a promoção do direito humano a uma alimentação saudável e de qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar social de uma sociedade. A segurança alimentar ocorre quando há inibição da fome e garantia a todas as pessoas de alimentos básicos, com qualidade nutricional, de forma permanente e em quantidades satisfatórias. Partindo desse pressuposto, a emergência das hortas comunitárias e populares urbanas vêm trazendo novas perspectivas a homens e mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade social, servindo como ferramenta para a garantia de uma alimentação regular ou mesmo como incremento da renda. As hortas possibilitam ainda o fortalecimento dos laços da comunidade onde elas se estabelecem.

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde a horta popular está situada.



20



Fonte: Google Maps

Por entre os *becos e vielas* do bairro do Jardim Trianon, em Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, chega-se a uma área verde em formato de um “salsichão”, conforme definição da educadora ambiental Maria Eudóxia. É ali onde funciona a horta popular da Associação Cultural Becos e Vielhas. Comparada a outros bairros populares da Região Metropolitana de São Paulo, o Jardim Trianon possui uma população relativamente pequena, composta por cerca de 340 famílias – 40% delas chefiadas por mulheres, segundo dados da própria associação. Essa característica permite maior proximidade entre seus habitantes e, conseqüentemente, o estreitamento de vínculos

de pertencimento. Entre as moradoras e os moradores, sobretudo as/os mais velhos/as, encontram-se muitos/as nordestinos/as que, antes de migrarem para o sudeste, viveram em áreas rurais e trabalharam como agricultores/as. Dessa forma, o desejo da comunidade em ter acesso à terra

para cultivar alimentos e ervas curativas remete ao passado concreto dessa população de moradores/as mais antigos/as.

A Associação Cultural Becos e Velas tem, em sua gênese, uma promessa de caráter religioso feita há 25 anos por uma antiga moradora do bairro: auxiliar, por meio da cooperação, sua população mais vulnerabilizada. A capoeira foi outro elemento que produziu o sentimento de unidade e organização. Em 2013, mesmo sem sede própria, a associação foi fundada e as atividades em prol da comunidade do Triano puderam seguir acontecendo de maneira coordenada. Após uma reforma urbana realizada no bairro pela prefeitura de Taboão da Serra, surgiu o terreno que logo se converteu em área baldia com muito entulho. Como o terreno pertencia à Prefeitura, as lideranças do bairro resolveram pleitear junto ao poder público o uso da área. Conseguido o aval, em 2018, foram realizados os primeiros mutirões de limpeza e construído o barracão que viria a ser a sede da associação e o espaço de realização de atividades. Outra benfeitoria realizada foi a construção de um campo de futebol para as crianças e a juventude.

Com a decisão de converter o restante do terreno em horta popular, durante o ano de 2019 foram realizadas articulações com coletivos envolvidos na criação de hortas comunitárias em Taboão da Serra. Em um desses encontros, no final de



A segurança alimentar ocorre quando há inibição da fome e garantia a todas as pessoas de alimentos básicos, com qualidade nutricional, de forma permanente e em quantidades satisfatórias.

2019, o mestre de capoeira Roberto Lopes, mais conhecido como “Gordo”, teve contato com a educadora ambiental Maria Eudóxia e o educador Alex Gama, que já trabalhavam com outros coletivos da cidade. Apresentada a proposta e o terreno, eles aceitaram auxiliar a comunidade na criação da horta. No início de 2020, novos mutirões de limpeza foram realizados, mas a chegada da pandemia freou o processo, que precisou ser levado com maior cuidado e em outro ritmo. Porém, a preocupação com a insegurança alimentar e com o empobrecimento crescente das famílias fez com que os mutirões ganhassem força e tudo fosse feito com recursos da própria comunidade e da sabedoria prática das mulheres, homens, jovens e crianças do bairro.

A organização das tarefas relacionadas com os cuidados da horta se dá de maneira fluida em função dos compromissos cotidianos de trabalho e estudo dos moradores e das moradoras. A forma de envolvimento mais comum é por meio do mutirão semanal, onde para além de trabalhar a terra, plantar e colher o alimento, se praticam noções de educação ambiental a partir das vivências periféricas e locais, fortalecendo as relações entre as pessoas e entre as gerações. Soma-se a isso práticas de aprendizado sobre agroecologia, permacultura, cidadania, arte e cultura de rua.



Diversidade de verduras cultivadas

Fonte: Acervo da Associação



A colheita dos alimentos cultivados na horta tem causado impacto positivo no orçamento doméstico dos moradores e moradoras.

A horta possui uma cerca – para evitar que os cachorros comprometam a plantação – e um portão. No entanto, não há trancas, o acesso é franqueado a toda a comunidade. Paralelo ao cultivo de alimentos, está a percepção de que é preciso cultivar valores nobres como a solidariedade e a cooperação, daí o fato de palavras como “propriedade” e “dono” não fazerem parte do vocabulário das pessoas envolvidas com a horta.

O terreno ocupa uma área de 150 metros de comprimento por 12 metros de largura e, além da sede do campo de futebol e da horta, há o desejo de se criar futuramente um pomar na área ainda não utilizada. Atualmente, a horta possui uma variedade de culturas, ocupando todo o espaço com canteiros de hortaliças, ervas medicinais, além de árvores frutíferas (bananeiras, mamoeiros, mangueiras, pitangueiras, limoeiros e abacateiros) e raízes (mandioca, batata-doce, inhame, batata inglesa, açafrão da terra, gengibre). Ainda é possível encontrar muita couve, alface, tomate-cereja, coentro, cebolinha, alho-poró, abóbora, milho e amendoim. Há ainda abundância em plantas alimentícias não-convencionais (PANCs) pouco conhecidas no sudeste, tais como a taioba e a palma, gerando troca de experiências sobre receitas e formas de consumo.

Atuando de forma holística e respeitando os ciclos da natureza, foi construído um sistema de captação e armazena-

mento de água da chuva e uma composteira que transforma os resíduos orgânicos da comunidade em adubo, diminuindo a dependência de fertilizantes não orgânicos e educando a comunidade na separação e cuidado com a destinação do lixo. A partir da riqueza da terra da horta, produz-se ainda a tinta que reveste paredes e fachadas das casas do bairro e do barracão da associação. Por ser atóxica, seu preparo é acessível a todos e todas, inclusive às crianças.

A colheita dos alimentos cultivados na horta tem causado impacto positivo no orçamento doméstico dos moradores e moradoras. Durante a colheita, as mulheres do bairro se organizam em grupos para fazer com que as doações cheguem a quem de fato mais precisa. Além disso, a chegada da horta mudou radicalmente a paisagem do bairro. Taboão da Serra é o município brasileiro com maior densidade populacional, nesse sentido, a horta popular da Associação Cultural Becos e Vielas consiste na única área verde do bairro Jardim Trianon. De acordo com Diego Ferraz, morador e voluntário, “a horta, por sua natureza acolhedora, com sombra e umidade agradáveis, tornou-se um espaço de encontro informal no bairro”, onde se observam a entrada das crianças para brincar, de mães com seus bebês e de mais velhos/as que trazem mudas, buscam plantas para usos tradicionais ou simplesmente desfrutam do direito ao lazer.



Moradoras mostrando o resultado da colheita

Fonte: Acervo da Associação



Terreno onde a horta é cultivada

Fonte: Acervo da Associação

Além da rede de solidariedade e dos esforços voluntários dos moradores e moradoras, a horta também tem buscado atrair recursos via editais públicos. Conforme relata Claudiana da Silva, moradora e liderança comunitária, “esse mundo dos editais é algo muito novo para a gente, mas fomos contemplados recentemente, o que nos possibilitou fazer melhorias no barracão e adquirir equipamentos para a horta”.

Apesar da produção ainda pequena e da necessidade dos moradores e moradoras em buscar a sobrevivência cotidiana, sobrando pouco tempo livre para quem gostaria de participar mais ativamente da horta, a compreensão acerca dos benefícios em cuidar e partilhar a terra foi introduzida e ecoa na comunidade. Hoje, a horta popular Becos e Velas é um símbolo do trabalho coletivo, patrimônio que enche de orgulho as pessoas da “quebrada” do Jardim Trianon.





Associação Cultural Becos e vielas

Travessa Irati, 175 - Jardim Trianon,
Taboão da Serra, São Paulo

hortabecosevielas@gmail.com

Instagram: [@hortabecosevielas](https://www.instagram.com/hortabecosevielas)

2

O Beneficiamento do Caju e a Independência das Mulheres (PI)



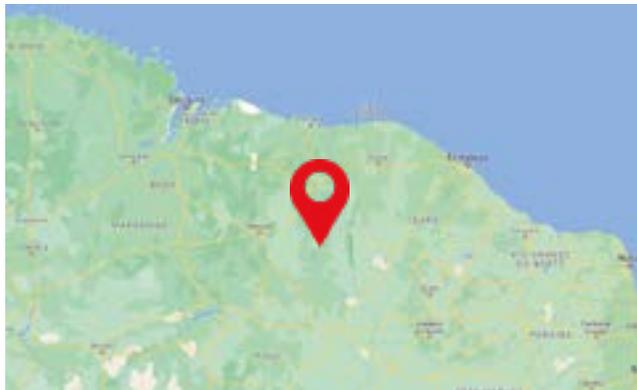
A mandioca, tubérculo que se encontra na base da alimentação da população brasileira, especialmente no Norte e Nordeste do país, está na gênese de um projeto de beneficiamento do caju da comunidade rural de Livramento, pertencente ao município de Castelo, no Piauí. Foi em uma casa de farinha, espaço de aproveitamento da mandioca, mas também de sociabilidade e fortalecimento de laços comunitários, que uma jovem conhecida por “Raimundinha” deu início a um projeto de conquista de independência feminina por meio do associativismo. A proposta envolvia o desenvolvimento integrado e sustentável, promovendo a agricultura familiar, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das famílias da comunidade.

Era ali, sob a Casa de Farinha, onde funcionava a única escola da comunidade de Livramento direcionada para o pro-

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde a Associação de Moradores foi construída.



34



Fonte: Google Maps

cesso de escolarização infantil. O ano era 1996 e Raimundinha tinha apenas 16 anos. Mesmo sem ter ainda concluído a oitava série do ensino fundamental, e apesar da pouca idade, era ela quem lecionava na escola improvisada dado o seu interesse pelos estudos. Convertida em professora, logo ela se tornaria a liderança da comunidade na luta por direitos e melhores condições de vida. A precariedade das condições da escola – com alunos e alunas dividindo o exíguo espaço com os animais, os ventos se assanhando com a ausência de paredes e a falta de banheiros e de abastecimento de água – foi despertando na professora Raimundinha – hoje docente na Universidade Federal do Piauí (UFPI) – um sentimento de revolta com a situação.

Foi então que, juntamente com outras mulheres da comunidade, mães de seus alunos, decidiu conversar com um parente que trabalhava no Banco do Nordeste. Na conversa, as mulheres foram orientadas a formarem uma

associação para reivindicar direitos, e assim, em 1998, surgiu a Associação de Moradores da Comunidade Livramento. “O fato de o processo ter surgido na escola, motivado pela professora, de certa forma colaborou para a maior participação das mulheres em relação aos homens. As mulheres sempre foram mais ativas, manifestando maior atenção com a educação de seus filhos”, revela Raimundinha.

O resultado da mobilização foi rápido. No mesmo ano de formação da associação, foi realizada a primeira benfeitoria (política pública) na comunidade: a construção da escola que antes funcionava de maneira precária na casa de farinha. Por efeito das melhorias na condição escolar de Livramento, houve maior procura por parte das famílias, aumentando o número de crianças. De 16 crianças matriculadas anteriormente, o número subiu para 40, passando a escola a funcionar em dois turnos.

No intuito de manter as mulheres da associação mobilizadas, novas demandas foram sendo criadas a partir de conversas sobre as necessidades da comunidade, conquistando assim uma estrada de acesso à comunidade de Livramento, a rede de abastecimento elétrico e a construção da Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

À medida que a associação ia se consolidando, participando de eventos e entrando em contato com a experiência de outras associações e movimentos sociais, vislumbrou-se a criação de



As mulheres sempre foram mais ativas, manifestando maior atenção com a educação dos filhos.

uma atividade econômica que proporcionasse geração de renda às mulheres da comunidade e que mantivesse os princípios de coletividade fortalecidos, tendo no trabalho associado o elo de cooperação entre elas. Dessa forma, teve início a produção ainda incipiente de doces a partir do beneficiamento do caju. Mais uma vez, as casas de farinha serviram de espaço de acolhida. Sem a infraestrutura e os equipamentos necessários, foram sendo feitos ali os primeiros produtos que seriam vendidos nas feirinhas e eventos culturais que elas participavam.

Não tardou para que as mulheres entendessem que a maneira improvisada como estava sendo feita a produção impedia que elas conseguissem produzir mais quantidade e com melhor qualidade. Era urgente a necessidade de construção de um local apropriado para trabalhar e gerar renda. Assim, no início dos anos 2000, foi apresentado à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) um projeto solicitando a construção de uma fábrica de beneficiamento do caju na comunidade, que viria a ser concretizada.

Logo em seguida, como resultado do trabalho incessante de articulação, elas conseguiram conquistar do poder público a construção de uma minifábrica para trabalhar com a castanha de caju – produto que possui valor comercial elevado –, aproveitando o fruto em sua totalidade: a castanha (o fruto propriamente dito) e o caju (o pedúnculo que se forma em torno do fruto).



Unidade de Beneficiamento
de Caju da Localidade Livramento

Fonte: Acervo da Associação

Além da produção comercial, o caju é utilizado para o consumo próprio das famílias e para a alimentação de animais, como o porco.

A dinâmica da produção fica a cargo das mulheres e de suas famílias, que se juntam em grupos para trabalhar, conformando uma mão de obra quase que exclusivamente familiar. Aquelas que não possuem plantio de caju em suas terras são contratadas para trabalharem durante a produção, que vai do mês de agosto até o mês de novembro, período de estiagem. No restante do ano, a castanha de caju supre a atividade de produção. Como a Associação de Moradores da Comunidade Livramento não é uma cooperativa, seu papel consiste em organizar a estrutura do lugar, estabelecer contatos com outras instituições, socializar os resultados, organizar feirinhas de comercialização de produtos e arranjar mercado consumidor, deixando as mulheres livres para se dedicarem à produção da cajucultura e se organizarem da forma que melhor lhes convém.

Todas as mulheres associadas são alfabetizadas – não podendo ser de outra forma dada a sua origem a partir da mobilização de uma professora –, tendo ao menos o ensino fundamental completo, o que permite a elas conduzirem toda a cadeia, da produção à comercialização de seus produtos. A maioria delas possui mais de 45 anos, casadas e com média de dois a três filhos.

Com o passar do tempo, o êxito da empreitada inspirou mulheres de outras comunidades da região que começaram a se dedicar à produção da cajuína em suas localidades. Após trabalharem para as associadas de Livramento, algumas mulheres construíram miniunidades de produção do caju em seus quintais. O pioneirismo das mulheres de Livramento frutificou e começou a se multiplicar. Atualmente, a Associação é constituída por 18 famílias localizadas nas comunidades de Livramento e Faveira II. Ao considerar aquelas que não moram em nenhuma das duas localidades, mas que fazem parte da Associação, esse número chega ao redor de 30 famílias – no entanto, estas não desenvolvem a atividade diretamente.

Aliado a isso, devido a uma forma de associação não centralizada, algumas mulheres da comunidade de Livramento construíram fabriquetas em seus quintais, produzindo a cajuína e demais produtos diretamente de suas unidades rurais, mas ainda preservando os laços com a Associação. Essa forma de organização garante maior autonomia das associadas que, inclusive, podem trabalhar desde suas casas, conciliando melhor os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos, que recaem com maior peso sobre as mulheres.



Em um trabalho árduo de duas décadas, a cajuína conquistou o paladar dos piauienses, disputando a clientela com refrigerantes de marcas multinacionais.



Produção da cajuína sendo preparadas para distribuição



Exibição dos produtos em uma feira local

Fonte: Acervo da Associação



O carro-chefe dos produtos à base do caju é a cajuína, bebida natural, não alcoólica e produzida de forma artesanal – pura água de caju clarificada (sumo), sem a adição de conservantes e cozinhada em banho-maria já dentro da garrafa. Antes, a produção girava em torno de uma única marca, a “Cajuína Livramento”, mas à medida que elas foram descentralizando a produção, cada uma criou sua própria marca e rótulo, identificando o nome à identidade da família produtora. Atualmente, as famílias produzem em média 80 mil litros de cajuína, 5 mil quilos de doces e rapaduras e 5 toneladas de castanha.

41

Devido à qualidade da produção das mulheres de Livramento, a bebida possui credibilidade, contando com clientela consolidada em todo o Estado do Piauí, incluindo a capital Teresina. Em um trabalho árduo de duas décadas, a cajuína conquistou o paladar dos piauienses, disputando a clientela com refrigerantes de marcas multinacionais. Nesse sentido, todas elas conseguem vender seus produtos até o próximo ciclo de produção. Isso garante a essas mulheres um importante incremento de renda familiar que se soma ao trabalho dos homens nas plantações de outras culturas e na criação de animais.

No começo das atividades de produção, a experiência das mulheres de Livramento contou com a resistência velada de

seus parceiros, que não incentivaram tampouco estimulavam a empreitada, algo que foi diminuindo com o passar do tempo devido à rentabilidade e aos bons resultados que elas iam alcançando. Hoje em dia, os homens participam do processo de produção com a retirada do caju do pé, atividade que exige bastante esforço físico.

Exitosamente, a produção da cajuína vem proporcionando maior independência financeira e autonomia, contribuindo para a autoestima das mulheres, pois elas percebem sua participação na melhoria da qualidade de vida de suas respectivas famílias, sobretudo na vida de seus filhos, que podem seguir seus estudos sem precisar abandoná-los para o trabalho. Igualmente, a iniciativa das mulheres livramentenses contribui para a fixação das pessoas no campo por meio da promoção de políticas públicas que se revertem em condições de vida e trabalho dignas, com alto retorno socioeconômico e baixo impacto ambiental, contribuindo assim para o desenvolvimento rural sustentável das comunidades.





Associação de Moradores da Comunidade Livramento
Localidade Livramento, zona rural do município de
Castelo do Piauí

raimundinhamelo@yahoo.com.br
<https://www.raimundinhamelo.com.br/projects-3>

3

Pedagogia da Alternância (PA)



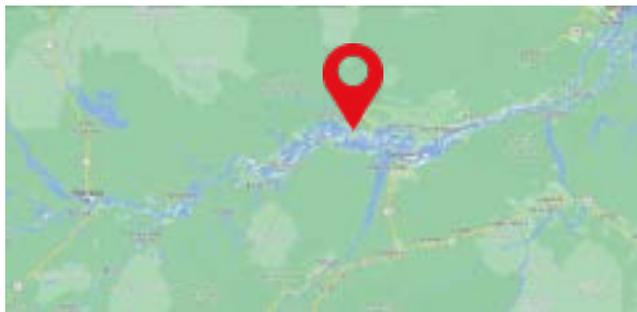
O Rio Amazonas possui o maior volume de água no mundo, nasce na cordilheira dos Andes, cruza a região norte do Brasil e deságua no oceano Atlântico, entre o Amapá e o Pará. É ele quem banha Óbidos, município paraense com cerca de 50 mil habitantes. Foi lá que, no início dos anos 2000, representantes do Centro de Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas estiveram presentes para compartilhar saberes sobre a “Pedagogia da Alternância”.

A metodologia propõe diferentes experiências formativas no ensino escolar, considerando a alternância de tempos e espaços, e que tenha como ponto de partida a própria realidade dos/as estudantes e de seus familiares. Surgida há um século, na Europa, a “Pedagogia da Alternância” partiu da demanda de pequenos grupos de agricultores/as, insatisfeitos

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde a Associação funciona.



48



Fonte: Google Maps

com o modelo educacional tradicional que não respeitava as peculiaridades dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e da vida no campo. Assim, quando a metodologia foi apresentada ao poder público local de Óbidos, muitas promessas de candidatas a prefeito foram feitas, como a construção de um espaço físico para a prática e contratação de técnicos. Pouca coisa foi cumprida, o que não impediu o surgimento da Associação da Casa Familiar Rural, composta por familiares dos alunos e das alunas e por uma equipe de pessoas voluntárias que colaboram em diversas ações.

Com apoios pontuais do poder público, doações e envolvimento da própria família dos/as estudantes, foi possível implementar o projeto na região. Atualmente, a prática é desenvolvida em três polos: Arapucu (atendendo comuni-

dades da região acima de Óbidos), Cipoal (comunidades de Colônia) e a Pousada Escola Mocambo Pauxi, que atende as comunidades do Igarapé Grande, Paraná e Costa de Baixo.

A ação inicial contou com um roteiro

para 39 alternâncias, fases do projeto em que o/a aluno/a fica uma semana onde funciona a escola, em seguida retorna para sua casa e é o/a professor/a quem vai até lá, conviver com seus familiares, conhecer as demandas locais e a realidade do/a estudante. É dali que os/a educadores/as tiram o conteúdo para suas disciplinas.

Por meio de parcerias, o projeto contou com pessoas técnicas em agricultura e pecuária. São elas que fazem o acompanhamento dos/as alunos/as nas semanas de alternância na escola e em suas propriedades, avaliando e orientando a prática de incentivo da agricultura familiar, a partir de técnicas naturais. Em média, cada núcleo conta com a participação de 20 estudantes.

O roteiro é praticado durante todo o ano e a conclusão das 39 alternâncias leva, em média, de três a quatro anos para ser concluída. Através de parcerias com prefeituras e escolas convencionais do município, a Casa Familiar Rural consegue certificar seus alunos e suas alunas, tornando-os/as aptos/as a darem continuidade aos estudos formais como, por exemplo, ingressarem em universidades.



A Pedagogia da Alternância permite que jovens do campo estudem em tempo integral em períodos alternados, revezando entre a escola e as experiências práticas em suas propriedades.



Classe de estudantes em aula

Fonte: Acervo da Associação

A Pedagogia da Alternância, portanto, permite que jovens do campo estudem em tempo integral em períodos alternados, revezando entre a escola e as experiências práticas em suas propriedades. Dessa forma, o/a aluno/a permanece com a família no campo, estudando, trabalhando e produzindo, a partir de sua própria realidade. Como resultado, a prática tem ajudado a despertar o interesse da juventude em aprofundar os conhecimentos voltados para o cuidado com a floresta e a biodiversidade. A produção também tem melhorado a qualidade de vida desse s/as jovens e seus familiares, complementando a renda e garantindo uma alimentação orgânica dentro de casa.

De acordo com Idaliana Marinho de Azevedo, que compõe a equipe de coordenação do projeto, uma das principais diferenças dos núcleos que desenvolvem essa pedagogia em relação às escolas tradicionais é que, a partir desse método, a participação dos/as alunos/as não se resume à ida à escola, mas passa por uma experiência mais abrangente, com um aprendizado que permite o desenvolvimento de trabalhos no próprio território onde vivem, gerando um retorno para o município. “Eles já saem com um projeto de vida. Ou dão continuidade aos estudos ou aplicam seus conhecimentos na própria comunidade”. Ela cita com orgulho o exemplo de um dos alunos que se tornou engenheiro florestal concursado.



Eles já saem com um projeto de vida. Ou dão continuidade aos estudos ou aplicam seus conhecimentos na própria comunidade.

Idaliana também destaca que a Pedagogia da Alternância garante o envolvimento dos familiares, seja no processo pedagógico, seja na contribuição para que o processo tenha continuidade. É comum a participação dos pais e das mães na produção de refeições, limpeza do espaço e nas ações voltadas para arrecadação de doações, a exemplo de rifas e quermesses, com a finalidade levantar fundos para remunerar os/as técnicos/as envolvidos/as no projeto. “Alunos e pais consideram como sendo uma coisa sua”, afirma.

Atualmente, o projeto está em uma fase de “reavivação”, após a interrupção por conta da pandemia da Covid-19. A falta de apoio, no entanto, ainda é um dos principais desafios da Casa Familiar Rural. “Quem dera se os prefeitos abrissem seu juízo e apoiassem”, comenta Idaliana, uma senhora de cabelos brancos que se mostra incansável no objetivo de dar continuidade ao projeto. “Acreditamos nessa ida para o campo”, conclui.





Turma de estudantes do
"Pedagogia da Alternância"

Fonte: Acervo da Associação



Associação Casa Familiar Rural
Óbidos – Pará

cprobidos@yahoo.com.br

4

Curso de Formação de Juristas Populares (PB)



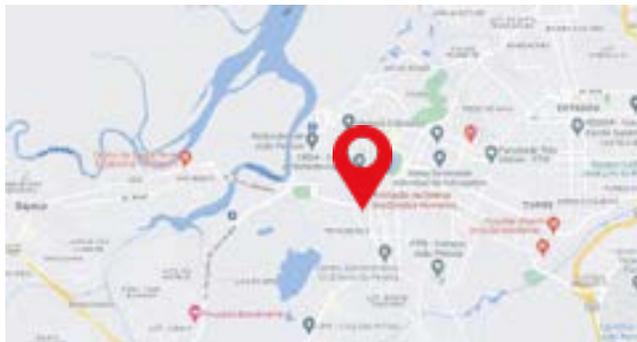
O acesso à Justiça no Brasil é considerado um direito fundamental previsto na Constituição Federal, garantindo a todos os brasileiros e a todas as brasileiras a possibilidade de acesso ao Poder Judiciário e à Justiça. Esse direito também está defendido na Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos de São José da Costa Rica, da qual o Brasil é signatário. Entretanto, há um conjunto de fatores que restringem e dificultam o acesso da população a este direito, sobretudo os segmentos populares, entre os quais está a falta de conhecimento de questões jurídicas básicas.

Um quadro comumente visto nacionalmente e que se repete no Estado da Paraíba: uma Justiça de portas fechadas para as pessoas mais vulnerabilizadas, burocratizada e sem atendimento eficiente face às suas questões. Com base na

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde funciona a sede da Fundação.



58



Fonte: Google Maps

percepção dessa realidade, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves idealizou o Curso de Formação de Juristas Populares, com o objetivo de capacitar lideranças populares sobre algumas áreas do Direito para que possam implementar ações de defesa da cidadania, contribuir nos encaminhamentos de litígios jurídicos e informar acerca dos mecanismos de acesso à Justiça nas comunidades.

A Fundação Margarida Alves foi criada em 1994 no âmbito do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. Por meio da atuação de Dom José Maria Pires, então arcebispo da Paraíba, o centro ganhou autonomia em relação à Arquidiocese e converteu-se em fundação, atuando nos eixos do direito à moradia, direito à cidade e acesso à Justiça. Foi a

partir da percepção das demandas que a população trazia ao Centro – e posteriormente à Fundação –, em grande maioria ligadas a orientações judiciais, que surgiu a ideia de formular um projeto que contemplasse noções de Direito e Cida-

dania, oferecendo um retorno a essas pessoas, sanando suas dúvidas e proporcionando os encaminhamentos necessários. Nascia assim o projeto “Conhecendo o Direito e Construindo a Cidadania” e, por conseguinte, o Curso de Formação de Juristas Populares com o objetivo de promover formação jurídico-popular para lideranças de comunidades e organizações sociais, com vistas à multiplicação dos conhecimentos adquiridos. O projeto existe há 23 anos e já formou 363 Juristas Populares de 20 municípios paraibanos.

Para participar do curso é preciso atender a alguns critérios, tais como: ser maior de 18 anos, saber ler e escrever, residir no Estado da Paraíba, ter disponibilidade para participar das aulas e pertencer a uma organização social (por mais simples que seja). É vedada a participação de pessoas com ensino superior completo ou alunos de cursos de Direito. A ideia do curso é justamente capacitar lideranças que ainda não possuam conhecimentos jurídicos, para que possam atuar como multiplicadores/as em suas comunidades e movimentos sociais. Em última instância, a formação jurídico-popular permite que os/as participantes compreendam de maneira crítica as formas de funcionamento da sociedade para que possam nela atuar visando sua transformação.



A ideia do curso é justamente capacitar lideranças que ainda não possuam conhecimentos jurídicos, para que possam atuar como multiplicadores/as em suas comunidades e movimentos sociais.



Equipe oferecendo atendimento durante plantão, na Fundação

Fonte: Acervo da Fundação



Durante o curso, participantes simulam atendimento a pessoas



Apresentação das alunas em sala de aula

Fonte: Acervo da Fundação





Parte dos alunos e das alunas que se formaram no curso ao longo desses dois decênios constituem a Rede de Juristas Populares, buscando atuar em conjunto, compartilhar experiências e promover ajuda mútua na solução de problemas em suas comunidades e/ou organizações.

O perfil dos/as cursistas é variado, as mulheres possuem maior participação do que os homens, além disso percebe-se uma maior presença de movimentos e organizações da capital João Pessoa e região metropolitana. A natureza das organizações também é diversa, com representantes de sindicatos, de movimentos comunitários e de luta pela terra, organizações da juventude, de mulheres e população LGBTQIA+, por exemplo, frentes que acabam se refletindo nos tipos de conflitos apresentados e abordados no curso.

O curso é compreendido por: oficinas ligadas a temas transversais, como direitos humanos, política públicas, raça/etnia e gênero; módulos de aulas em torno de noções de Direito e sua abrangência temática; visitas a órgãos públicos que compõem o sistema de justiça; e Ciranda de Direito, período de estágio em que os/as cursistas realizam atendimento direto e supervisionado à população de uma determinada comunidade. As aulas acontecem quinzenalmente aos sábados, durante oito meses, na sede da Fundação Margarida Alves, em João Pessoa. O curso é inteiramente gratuito e os cursistas, sejam do interior ou da capital do Estado, contam com apoio para transporte e alimentação.

O trabalho realizado no desenvolvimento do Curso de Formação de Juristas Populares conta com algumas parcerias institucionais, entre elas um convênio com a Universidade Fe-

deral da Paraíba (UFPB) e outros centros de ensino do Estado que fornecem especialistas e estudantes em prática de estágio para ministrar as aulas em conjunto com os coordenadores da Fundação – profissionais do Direito –, conformando um corpo multidisciplinar de colaboradores/as.

Em 2007, a metodologia aplicada foi certificada como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil e, em 2016, foi inserida no Banco de Boas Práticas do Instituto Inovare. Como desdobramento do trabalho realizado, o registro da experiência do curso foi publicado, em 2018, no livro *Formação Jurídico-Popular: sistematização da experiência do Curso de Formação de Juristas Populares (1999-2017)*, onde são compartilhados os conhecimentos acumulados e os aperfeiçoamentos realizados nas duas décadas de atuação.

Partindo das premissas da educação popular, os alunos e as alunas participam de todo o processo do curso. O conteúdo é trabalhado sempre de forma dialética, a partir das experiências trazidas por eles/as, que participam ativamente na construção do conhecimento compartilhado. As contribuições vão desde o processo de avaliação, passando pelo funcionamento do curso, construção da agenda e dos compromissos, até a definição da organização do evento de formatura, escolhendo o nome da turma e seus/suas oradores/as.

Parte dos alunos e das alunas que se formaram no curso ao longo desses dois decênios constituem a Rede de Juristas Populares, buscando atuar em conjunto, compartilhar experiências e promover ajuda mútua na solução de problemas em suas comunidades e/ou organizações. A criação da rede facilita a articulação e o acompanhamento da Fundação em torno da intervenção dos/as juristas nos movimentos populares, das ações e medidas judiciais efetuadas e do seguimento da vida dessas pessoas, além de proporcionar a realização de encontros e eventos, mantendo-as mobilizadas.

No ano de 2011, o curso se estendeu à cidade de Guarabira, ampliando a área geográfica de atuação, em uma parceria com o Serviço de Educação Popular (Sedup). O curso aconteceu ainda nos dois anos seguintes, abrangendo lideranças de sete municípios da região de Guarabira e formando 42 novos/as juristas populares. O Curso de Formação de Juristas Populares serviu ainda de inspiração para a criação do curso Defensores Legais pelo Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (Cedhor), que leva formação jurídica popular para jovens do município de Santa Rita, na região metropolitana de João Pessoa.

Buscando desmistificar e democratizar o saber jurídico – sua linguagem e seus conceitos – sob o viés da educação popular, o Curso de Formação de Juristas Populares faz com

que o direito à Justiça deixe de ser um privilégio de poucos e promove um processo emancipatório para seus/suas participantes e as comunidades em que atuam.



5

Sarau no Manguezau (BA)



“Quem vocês pensam que são para mandar meus irmãos se calarem? Quem é da favela não tem vez, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Coincidência? Estatística? Essa porra sempre existiu. Em fevereiro, enquanto a alegria está no Carnaval, não vamos esquecer dos nossos irmãos morrendo por falta de assistência social”. Esse foi um dos versos recitados durante o “Sarau no Manguezau” por Udi Santos, artista, produtora cultural e audiovisual e CEO da Eumelanina Produções. A iniciativa, realizada pela Eumelanina Produções, Quilombo Aldeia Tubarão e Coletivo Água da Fonte, ocupa o manguezal situado em Tubarão, região do subúrbio ferroviário de Salvador, Bahia, para limpar a área e promover intervenções artísticas.

O mangue é um ecossistema presente em regiões costeiras e é considerado um “berçário da vida marinha”, por

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde a horta popular está situada.



70

sua riqueza de nutrientes que alimentam peixes, moluscos e crustáceos. Rico em matéria orgânica, os manguezais são locais estratégicos para a reprodução dos animais aquáticos, garantindo a preservação da biodiversidade, além de reterem uma quantidade significativa de carbono, essencial para o equilíbrio climático.

Apesar da importância ambiental, um estudo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), publicado no “Atlas dos Manguezais” (2018), estima que 40% dos mangues foram extintos no Brasil no século xx, principalmente nas regiões sudeste e nordeste.

Sua degradação também é percebida na região entre as praias de Tubarão e São Tomé de Paripe, onde a instalação



Fonte: Google Maps

de uma fábrica de cimento intensificou o processo de poluição do manguezal. Ainda que a fábrica tenha encerrado suas operações, os impactos permanecem, sobretudo porque a industrialização resultou em uma ocupação residencial

descontrolada que se estabeleceu na área onde havia boa parte do mangue.

“O mangue estava colorido de lixo. Os dejetos e lixos da região suburbana são trazidos pela maré e acabam ficando presos lá. Até sofá tinha”, afirma Udi. E com o objetivo de promover a limpeza da área e contribuir com a manutenção das suas características ambientais, o grupo se reuniu, em 2020, para a sua primeira intervenção no local.

Ao final, os coletivos decidiram realizar um sarau. A ideia de associar a ação de limpeza do mangue com apresentações artísticas parte do próprio reconhecimento da riqueza cultural que a região possui e da necessidade de fortalecer o sentimento de pertencimento por seus moradores e moradoras. Os bairros de Tubarão e São Tomé de Paripe eram territórios indígenas, com forte presença dos povos tupis – “Paripe” significa uma espécie de curral usado para a pesca. Além da origem indígena, a região também recebeu influência africana, a partir da ocupação de negros escravizados que ali formaram diversos quilombos. Atualmente, cerca de 85% dos/as moradores/as do subúrbio ferroviário se declaram negros/as ou pardos/as, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Quem é da favela não tem vez, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Coincidência? Estatística?



Jovem recolhendo dejetos encontrados na área de mangue

Fonte: Acervo do coletivo

Uma das manifestações herdadas da cultura afro-brasileira é a lenda da Vovó do Mangue, personagem originário do recôncavo baiano, atribuído a uma “velha rabugenta” que castigava quem destruisse os manguezais. Em uma das edições do Sarau no Manguezau, a sambadeira e cantadeira Natureza França interpretou a Vovó do Mangue e, através da personagem, contou um pouco da história da região: “Ali naquela curva, entre Tubarão e Paripe, tinha um atracadouro onde os pretos paravam, nos navios. Desembarcavam para trabalhar nas fazendas. Essa região era tudo fazenda. Tem muito tempo isso, veia? Tem menos tempo do que morava o povo da terra nesse lugar. Porque antes dessas fazendas serem distribuídas para os herdeiros dos abastados, pra vim pra aqui veranear, viviam aqui o povo Tupinambá”.

E é dessa forma que o Sarau no Manguezau conta a história da terra e do povo dos atuais bairros de Tubarão e Paripe. Através da arte periférica, da poesia, da música, da dança, do samba de roda, das caretas e das rezas, o movimento ajuda a preservar a memória da região e, assim, mobilizar os moradores e as moradoras a se apropriarem do mangue e a refletirem sobre as questões que afetam o bairro – que vai além da degradação ambiental e envolve a ausência de políticas públicas e um modelo de segurança que ameaça a juventude negra.



Sou uma mulher preta suburbana. Quando eu me reconheci nesse lugar, eu vi que não era nada do que eles falavam. A ideia é trazer o pertencimento, que aquilo ali é nosso. Se a gente não cuidar, ninguém vai cuidar. É a nossa casa.

“Sou uma mulher preta suburbana. Quando eu me reconheci nesse lugar, eu vi que não era nada do que eles falavam. A ideia é trazer o pertencimento, que aquilo ali é nosso. Se a gente não cuidar, ninguém vai cuidar. É a nossa casa”, ressalta Udi. Além de reforçar o sentimento de pertencimento, o sarau também ajuda a mobilizar a presença da comunidade, que acaba contribuindo com os mutirões de limpeza.

A quarta edição do sarau deve ocorrer no segundo semestre de 2022. A expectativa é que a ação ocorra ao menos duas vezes por ano. Em sua primeira edição, o Sarau no Manguezau foi feito sem financiamento externo, na base do “nós por nós”. Os seguintes já contaram com alguns apoios pontuais. Os resultados são narrados com alegria por Udi. “Quando eu vi aqueles furinhos no chão, as casas de caranguejo, foi uma felicidade imensa. Eles estão achando o lugar para se reproduzir. E quando a comunidade apoia também é uma felicidade”.





Jovens e crianças participando do
Sarau no Manguezau

Fonte: Acervo do coletivo



Encenação apresentada em uma das edições do Sarau

Fonte: Acervo do coletivo



Sarau no Manguezau

Salvador/BA

eumelaninproducoes@gmail.com

Instagram: [@eumelaninproducoes](https://www.instagram.com/eumelaninproducoes)

6

**Trilha Raízes:
resgate e preservação dos
conhecimentos indígenas (SC)**



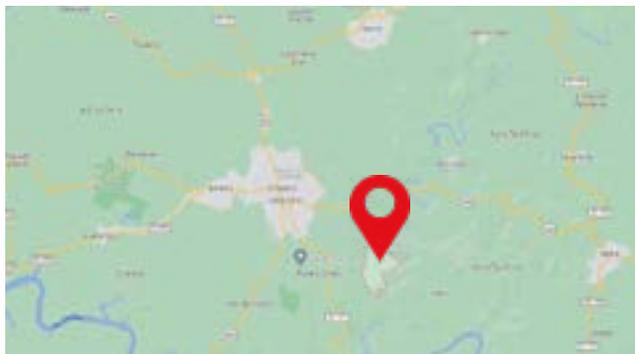
Quando se fala no Estado de Santa Catarina, é comum associar suas tradições à cultura europeia, sobretudo de origem italiana e alemã, cuja imigração povoou diversas cidades da região. Não à toa, ele é considerado o Estado mais branco do Brasil, com 84% de sua população se autodeclarando dessa forma. Por isso, pode causar surpresa a existência de territórios indígenas em grandes cidades, como Chapecó, a quinta maior de Santa Catarina. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também apontam que cerca de 16 mil pessoas, no estado, se declaram indígenas.

Atualmente, 28 terras indígenas em Santa Catarina já foram reconhecidas e demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A maior delas é a reserva indígena Xaçupé, localizada a 550 quilômetros da capital Florianópolis. Hoje,

Mapa ilustrativo,
indicando a localidade
onde funciona o projeto.



82



Fonte: Google Maps

quem passeia pela região tem a oportunidade de visitar alguns desses territórios e conhecer um pouco dessa cultura tão invisibilizada a partir da “Trilha Raízes”, uma experiência na qual os/as visitantes podem percorrer 600 metros de mata da aldeia indígena Toldo Chimbanguê, localizada no município de Chapecó. O projeto de visitação surgiu em 2018, desenvolvido pelo Instituto Madre Bernarda (Imabe) e por indígenas da terra indígena Chimbanguê e Aca a .

Há mais de 20 anos, no entanto, o Imabe –   época por meio das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora – vem desenvolvendo projetos em parceria com as comunidades. A partir de uma das ações de formação ligadas à

medicina indígena, surgiu a ideia de inscrever o projeto “X yuy  Ap  – Raízes” em um edital da Prefeitura. Contemplado, o projeto viabilizou a construção da Trilha Raízes, espaço de visitação que promove o resgate da cultura tradicional indígena a partir do uso de plan-

tas, da medicina e de saberes ancestrais. Por meio do projeto também foi possível realizar o levantamento, identificação e catalogação de plantas da região utilizadas na medicina tradicional. Já foram identificadas 79 espécies de plantas, cujos nomes foram traduzidos para as línguas kaingang e guarani, em parceria com a Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó. Com o apoio da Associação Indígena de Conhecimentos Tradicionais e Fitoterapia Nãnga, os/as indígenas técnicos/as em fitoterapia repassaram a indicação de uso de cada planta identificada, seja para uso medicinal, para culinária ou para artesanato.

Quem percorre a Trilha Raízes também tem a oportunidade de conhecer os produtos e plantas catalogadas, uma vez que a trilha é acompanhada pelas indígenas, incluindo uma técnica em fitoterapia. Cerca de 40 grupos já participaram da trilha ecológica, envolvendo estudantes (crianças, jovens e adultos) e indígenas de outras aldeias da região sul do país. Interrompida durante a pandemia da Covid-19, a visitação foi retomada em 2022. Para participar da Trilha Raízes é necessário um agendamento pr evio.

83

“

Atualmente, 28 terras indígenas em Santa Catarina j a foram reconhecidas e demarcadas pela Funda o Nacional do  ndio (Funai).



Equipe colaboradora no projeto, posando para foto



Registro da equipe durante passagem na mata

Fonte: Acervo do Instituto



A manutenção da trilha é feita pelas próprias indígenas e atualmente não contam com financiamento de apoiadores. São as próprias mulheres da aldeia que cuidam da limpeza, do plantio e da abertura da trilha. Um valor simbólico vem sendo cobrado para ajudar nas despesas. Cleusa Domingas Rodrigues, liderança indígena, destaca a bravura das mulheres, por serem as responsáveis pelo projeto funcionar. De acordo com Cleusa, o projeto também é uma forma de aproximar a sociedade da cultura indígena da região, cuja retomada das terras ocorreu há menos de quatro décadas e ainda hoje os grupos étnicos são alvo de ataques nas redes sociais. “O projeto sensibiliza a sociedade, quebra um tabu, pois eles vão até o local e vão ver a realidade, que muitas vezes não é o que eles pensam. Acham que o indígena não trabalha, que vive de cachaça. E não é verdade”, afirma Cleusa. Segundo ela, muitas pessoas moradoras da região sequer sabiam da existência de indígenas vivendo ali. Já para a Irmã Diva, do Instituto Madre Bernarda, é uma alegria muito grande acompanhar o desenvolvimento do projeto. “Para nós que sempre trabalhamos com os indígenas, no cuidado, na medicina, na preservação da vida, é importante que o projeto seja valorizado para promover a cultura indígena”, conta.

O projeto também busca destacar os conhecimentos dos antepassados e dos/as mais velhos/as das aldeias, resgatando

os saberes apagados pelo processo de invisibilização sofrido pela população indígena. A partir desses conhecimentos, são produzidos xaropes, chás, pomadas e destilados, além de tinturas, artesanatos e alimentos, com base em plantas comestíveis. Os produtos vêm sendo comercializados em feiras e há o desejo de futuramente construir uma casa para a exposição dos artesanatos e dos alimentos e chás produzidos a partir das plantas medicinais.

Para além da relação com o restante da sociedade, o Trilha Raízes também pretende deixar um legado para os/as indígenas do território. “Hoje estou aqui, amanhã não sei se estarei. Por isso é importante manter a trilha para os nossos jovens, para passarem para os que virão. A trilha e as hortas familiares que cultivam folhas medicinais são importantes para a comunidade, para mim, para os meus bisnetos, para o futuro”, conclui Cleusa.

“

O projeto sensibiliza a sociedade, quebra um tabu, pois eles vão até o local e vão ver a realidade, que muitas vezes não é o que eles pensam. Achar que o indígena não trabalha, que vive de cachaça. E não é verdade.





Instituto Madre Bernarda - Trilha Raízes

Rua Antônio Cordenonsi Filho, 1730, Xaxim/SC

Tel.: (49) 98412-0569

projetos@imabe.org.br

<https://imabe.org.br/>

Instagram: [@imabe_incubdorasocial](https://www.instagram.com/imabe_incubdorasocial)

7

Ilera:

Ancestralidade e Saúde (SP)



“Ilera”! O termo, de origem iorubá, está associado à saúde e ao cuidado. O grupo étnico concentrado na Nigéria, Togo e na antiga República do Daomé (atual Benim), foi trazido ao Brasil durante o regime colonial escravocrata e sua cultura reverbera até os dias atuais. Foi em busca dessas raízes e dos cuidados que o termo evoca que, em 2016, surgiu a “Ilera: Ancestralidade e Saúde”.

A organização, sediada em São Miguel Paulista, na zona leste da cidade de São Paulo, é composta por mulheres negras e indígenas, de diferentes formações: Francisca Andrade (comunicadora), Inaiá Araújo (artista), Jaque Rosa (articuladora), Leila Rocha (enfermeira), Melina Macuxi (antropóloga) e Stefanie Felix (mobilizadora) e demais mulheres das periferias e de comunidades tradicionais e ribeirinhas, que eventualmente colaboram com as ações. Além da capital pau-

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde funciona a sede do Ilera.



92



Fonte: Google Maps

lista, há integrantes em Roraima e Bahia. Um dos principais objetivos da Ilera é difundir os conhecimentos de matrizes africanas e indígenas relacionados aos cuidados com a saúde.

Por meio da promoção de encontros com outras mulheres e da articulação em diversas redes, a organização busca compartilhar saberes ancestrais e fortalecer suas identidades culturais e territoriais. O projeto “Saberes Ancestrais na Saúde” realiza uma série de encontros, onde abordam os cuidados com a saúde, como, por exemplo, a forma de tratar cada parte do corpo, partindo dos ensinamentos herdados das mães das participantes e suas ancestrais. Ou seja, o referencial é o

próprio conhecimento produzido e adquirido pelas mais velhas, saindo da lógica industrial que orienta a medicina brasileira.



Mulheres negras e indígenas, participantes do Ilera, partilhando saberes de seus ancestrais



Mulheres reunidas na sede do Ilera

Fonte: Acervo do Ilera



Em 2019, a Ilera chegou até Roraima, na comunidade indígena Serra da Moça, onde realizou os “Encontros de Saberes Ancestrais: mulheres negras e indígenas”. No ano seguinte, devido à pandemia, os encontros passaram a ser virtuais – foram oito realizados, abordando os sistemas do corpo humano e as plantas medicinais para o cuidado íntimo. Tais saberes também estão associados ao uso de plantas e ervas medicinais, alimentos e danças. “Música também é saúde”, afirma Leila Rocha, que também é mestranda e educadora popular, e uma das idealizadoras da Ilera. O conhecimento ancestral enxerga todos esses elementos como parte do mesmo processo de cuidado, a exemplo das cerimônias de cura realizadas pelos indígenas, onde o canto e a dança são fundamentais.

Não à toa, a Ilera divide sua sede e parte de sua história com o Cordão Tereza de Benguela, grupo formado por mulheres negras e que se apresentam pelas ruas de São Paulo com suas músicas, danças, xequerês, djembês, agogôs, berimbau e alfaias. A educadora Inaiá Araújo, uma das idealizadoras do Cordão, também faz parte da Ilera. Ambas as iniciativas têm como base os valores civilizatórios herdados das populações indígenas e afro-brasileiras. O elemento cultural também é central no próprio fortalecimento da identidade dessas mulheres e no enfrentamento ao racismo. Para Leila, “o racismo

rouba da gente as nossas identidades. Por isso, queremos ouvir as mulheres pretas daqui, queremos fortalecer a nossa identidade cultural”.

Atualmente, a Ilera também tem se dedicado a comercializar produtos feitos pelas próprias mulheres do bairro. Do óleo coletado na comunidade, produzem sabão. Outros produtos, como pomadas e tinturas, também são comercializados em feiras ou vendidos diretamente para as amigas conectadas a essa rede de mulheres negras. As embalagens são feitas pelas próprias moradoras da comunidade. Sem loja física, a produção é feita na casa de Leila e, em breve, será criada uma loja virtual para facilitar a distribuição. Sem financiamento, o trabalho é apoiado por uma rede de solidariedade, a exemplo da parceria com a Horta Comunitária da Vila Nanci, em Guaianazes (SP), ou de contribuições financeiras feitas por amigas. Dos canteiros pessoais, brotam manjeriço, malva, clitória, sálvia, hortelã e orégano. Um dos desejos da organização é criar um Centro de Medicina Tradicional Negra e Indígena.

A falta de financiamento, no entanto, não impediu a Ilera de servir como um ponto de apoio para a comunidade, sobretudo durante a fase mais crítica da pandemia da Covid-19. Nesse período, o grupo mobilizou doações que contribuíram com a segurança alimentar de mais de 400 famílias, de três municípios. O apoio também chegou a Canavieiras (BA), por



O racismo rouba da gente as nossas identidades. Por isso, queremos ouvir as mulheres pretas daqui, queremos fortalecer a nossa identidade cultural

meio de uma campanha contra a fome, destinada às mulheres atingidas pelas fortes chuvas que inundaram a região no final de 2021.

Além da rede de solidariedade e dos esforços pessoais, a Ilera também tem buscado se fortalecer institucionalmente e recentemente foi contemplada em dois editais. No entanto, há um cuidado para que a institucionalidade não desvirtue os princípios da organização. “Não queremos ficar no lugar da mendicância. O que os editais querem de nós? Querem que a gente mostre nossas dores, tristezas. E a gente quer mostrar as coisas massas que a gente faz, as tecnologias ancestrais que permitiram que estivéssemos vivas até aqui”, enfatiza Leila.

E é justamente por compreender tais tecnologias ancestrais como fundamentais para a preservação da vida do povo negro que a Ilera consegue ter um olhar amplo em relação à medicina, não desassociando a identidade cultural do conhecimento ancestral e dos cuidados com a saúde. Tudo isso, entendendo que o processo é coletivo e os resultados, compartilhados. Como diz o ditado iorubá: *Igi kan ki da gbo sé* (uma árvore não faz a floresta).





Encontro de Saberes Ancestrais realizado em uma das redes da organização.

Fonte: Acervo da Associação



Ilera - Ancestralidade e Saúde

Jardim Robru, São Miguel Paulista, São Paulo

Tel.: (11) 98478-4512

www.ilerasaude.com.br

ilera.saudecoletiva@gmail.com

Instagram: @ilera.a



Ação Memorial Cultural: Projeto Capoeira Angola (PE)



“Pastinha já foi à África, para mostrar capoeira do Brasil”, assim dizia a canção. Por certo inspirados nesse movimento de um dos vultos da capoeira é que seus mestres e praticantes ainda hoje continuam a se deslocar para levar a prática e os ensinamentos dessa manifestação cultural plenamente afro-brasileira. Mestre Jorge Ferreira não foge à risca, de Bogotá a Paulista (cidade da região metropolitana do Recife), o detentor do título de Notório Saber em Cultura Popular pela Universidade de Pernambuco (UPE) carrega consigo um conjunto de saberes ancestrais, ou melhor, um “museu vivo”.

Aliás, sobram motivos para fundamentar sua concepção museal calcada na expressão do corpo, na subjetividade dos capoeiristas e manifestada na roda de capoeira. Em 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde está situada a sede do projeto.



102

(Iphan) tornou a roda de capoeira e o ofício dos mestres em Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil; em 2014, a capoeira foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Por efeito dessas chances distintas, os capoeiristas e as capoeiristas, detentores/as de vasto saber empírico acumulado ao longo de sucessivas gerações, tornaram-se oficialmente legítimos/as representantes da tradição cultural afro-brasileira.

A Ação Memorial Cultural – Projeto Capoeira Angola Estudos e Práticas (Procaep) foi criada no ano de 2017 por iniciativa de Mestre Jorge (diretor) e da produtora cultural Ayres Sales (curadora). Sua sede está localizada no bairro do Engenho do Meio, em Recife, capital do estado de Per-



nambuco. O Museu foi inaugurado em setembro daquele ano com a exposição e oficina “O Navegar na Memória Antropológica Pernambucana”.

Fonte: Google Maps



Mestre Jorge durante uma das aulas de capoeira oferecidas às crianças da região

Fonte: Acervo do Procaep.

A partir da vitalidade do corpo e da luta, assim como dos saberes que constituem a prática da capoeira angola, surgiu o conceito de museu vivo, perspectiva inovadora centrada no patrimônio imaterial. O trabalho consiste em um tipo de ação museal itinerante em que os saberes imateriais da capoeira são levados para municípios do interior de Pernambuco e de outros Estados – e até mesmo para outros países – onde a prática da capoeira é inexistente ou acontece de maneira incipiente. A ação também acontece em espaços públicos de Recife, como no famoso Marco Zero, localizado no centro antigo da cidade. Juntamente com o grupo de capoeiristas capitaneado por Mestre Jorge seguem alguns objetos materiais que compõem o acervo do museu e ajudam a contar a história da capoeira: quadros, instrumentos e estatuetas, como a do “Pensador de Angola”, símbolo do museu.

Nessas ações itinerantes – financiadas por editais ou por recursos próprios do Projeto – a população visitada tem a oportunidade de acesso a noções de educação patrimonial, constituindo uma prática formativa de conhecimento, interpretação e preservação do patrimônio nacional por meio da capoeira. Nesses lugares, as pessoas são estimuladas a participarem de oficinas de capoeira, entrando na roda e aprendendo a tocar os instrumentos, mesmo sem experiência prévia. E assim, de forma lúdica, o conhecimento

vai sendo compartilhado. Ao mesmo tempo, a ação ajuda a desfazer certas concepções preconceituosas acerca da capoeira e dos/as capoeiristas, resquícios de um passado em que a sua prática era perseguida e criminalizada por ser considerada uma forma de “vadiagem”.

Além da ação memorial, o Procaep desenvolve ações no Serviço Integrado de Saúde (SIS), espaço que funciona em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Prefeitura de Recife. É nesse espaço onde são desenvolvidas atividades sistemáticas de treino, rodas de capoeira e confecção de instrumentos indispensáveis para a prática, como berimbau, pandeiro e atabaque.

No âmbito do SIS, a capoeira é abordada como prática preventiva de atenção primária à saúde, inserida na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde (PNPIC/SUS), uma política que busca a prevenção de doenças e a recuperação da saúde com ênfase em uma visão ampliada do processo saúde/doença e na promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado. Em síntese, a cura se dá através da cultura.

“

A capoeira continua libertando as pessoas, só que agora de suas limitações físicas, mentais e espirituais, servindo de processo de autoconhecimento e de esquiva das adversidades.



Registro da ação museal itinerante,
ocorrida no interior de Pernambuco

Fonte: Acervo do Procaep

Durante a Semana de Museus, organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e a Primavera dos Museus, eventos que ocorrem de forma pontual, o espaço do SIS se converte em um museu físico constituído pelo acervo utilizado nas ações itinerantes, juntamente com outros itens, que compõem a sua expografia. Durante a exposição, o/a visitante tem a oportunidade de conhecer de forma mediada a história da capoeira no Brasil, seu entrecruzamento cultural e étnico (africano, afro-brasileiro e ameríndio), além de assistir a vídeos produzidos pelo projeto e a rodas de capoeira – dentro da perspectiva da educação museal.

Ao passo que o Projeto Cultural Capoeira Angola Estudos e Práticas é voltado para pessoas que procuram, por diferentes motivações e necessidades, o aprendizado da capoeira angola, a Ação Memorial Museu Vivo vai ao encontro das pessoas que, de outra maneira, dificilmente teriam acesso à capoeira, atuando em uma via de mão dupla e alargando o seu alcance. Foi a partir do rastro das pegadas de mestres que vieram antes que Mestre Jorge se encaminhou na capoeira angola, pretendendo agora deixar as suas próprias pegadas para serem seguidas pelas gerações futuras. Não à toa ele escolheu as palavras “projeto” e “ação” para seu trabalho, ao invés de “associação” ou “organização”, justamente para projetar seus conhecimentos para o futuro e agir na realidade.

Se no passado a capoeira serviu para que a população negra se libertasse do jugo da escravidão, hoje, segundo Mestre Jorge, “ela continua libertando as pessoas, só que agora de suas limitações físicas, mentais e espirituais”, servindo de processo de autoconhecimento e de esquivas das adversidades.





Ação Memorial Cultural - Projeto Capoeira Angola
Estudos e Práticas

Rua Lindolfo Collor, nº65 - Engenho do Meio,
Recife, Pernambuco

procaep07@gmail.com

Instagram: [@procaep](https://www.instagram.com/procaep)

9

**Coletivo Carrapicho Virtual:
educomunicação com
adolescentes e jovens
do Vale do Salitre (BA)**



Quem porventura se embrenhou por entre pastagens e áreas tomadas pela vegetação da caatinga certamente esbarrou em um tipo de capim abundante que facilmente se prende a roupas e pelos, provocando coceiras e até ferimentos. Essa plantinha incômoda, pertencente à família das gramíneas (*Poaceae*), é popularmente conhecida como “carrapicho”, palavra mais que oportuna para batizar e conferir identidade a um projeto que possuía como objetivo inicial a formação de jovens para a produção de notícias para internet numa perspectiva contra-hegemônica: o Coletivo Carrapicho Virtual.

Jornalismo é, ou deveria ser, fiscalização do poder e busca pela verdade factual, princípios que costumam causar incômodo a determinados setores da sociedade. A experiência do coletivo envolve a formação político-cidadã da juven-

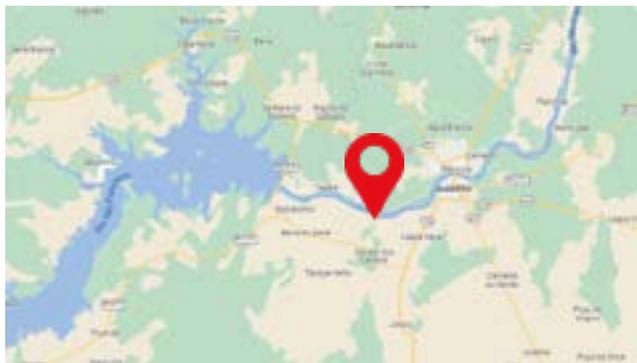
Mapa ilustrativo,
indicando a localidade
onde o coletivo atua.



114

tude rural do Vale do Salitre – região composta por cerca de 60 povoados localizados nas margens do rio Salitre, em Juazeiro (Bahia) – ao trabalhar temáticas sociais baseadas no conceito de educomunicação (um campo teórico-prático que propõe uma intervenção de educação para a mídia e o uso das mídias na educação, com base em uma educação contextualizada, no caso, a convivência com o semiárido), com vistas a denunciar a ausência ou precariedade de direitos básicos como água, infraestrutura, trabalho, educação, saúde, além de promover a cultura local, as potencialidades do Semiárido e da própria juventude local.

A proposta do Carrapicho surgiu em 2010, como resultado do trabalho de conclusão de curso em Comunicação



Fonte: Google Maps

Social, Jornalismo e Múltiplos de Érica Daiane, idealizadora do coletivo, na Universidade do Estado da Bahia (UnEB). Na ocasião, foi produzido um impresso que teve sua segunda edição no ano de 2015. No ano seguinte, Érica foi contemplada com

recursos de um edital, o que possibilitou que fossem adquiridos alguns equipamentos, além da realização de oficinas de educomunicação com os jovens do Salitre. Era o pontapé que faltava para a materialização do coletivo, que agora passaria do impresso para o virtual uma vez que a internet se encontrava cada vez mais disponível à população do lugar.

Naquele ano de 2016 foram realizadas durante um final de semana três oficinas ao longo do Vale, nas regiões do médio, baixo e alto do rio Salitre com jovens entre 12 e 18 anos, estimulando o debate político em torno do papel e interesse da imprensa, além de noções sobre grande mídia, mídias alternativas, concentração e democratização dos meios de comunicação. Ao final das oficinas, os/as jovens foram estimulados/as a produzirem algum tipo de conteúdo, resultando em uma pequena produção audiovisual. O maior interesse notado pelos/as jovens da região do médio Salitre fez com que o projeto germinasse e ganhasse continuidade com a produção de conteúdo para a página do coletivo no Facebook e no Instagram, espaços centrais da vida contemporânea onde as notícias, reportagens e matérias sobre o Vale do Salitre são disponibilizados.



Equipe do "Carrapicho", durante gravação de reportagem

Fonte: Acervo do coletivo

Mesmo sem recursos, os/as jovens do coletivo tomaram gosto em cobrir a realidade do local e assumiram a dianteira do projeto. Munidos/as de seus próprios celulares com câmera embutida e de microfones acoplados em seus fones de ouvido – em razão dos poucos equipamentos profissionais que possuem –, o Carrapicho foi se convertendo na mídia e na voz do Salitre. Sem uma sede própria, o coletivo contorna essa dificuldade de modo criativo, reunindo-se debaixo de um frondoso tamarindeiro localizado no meio do caminho entre as comunidades de Alfavaca e Barauna, de onde é proveniente a maioria dos/as jovens do Carrapicho. Mas há também o apoio dessas comunidades que cedem ao coletivo o espaço de suas respectivas associações para que o grupo possa se reunir, bem como a Escola Municipal João Dias Ferreira, onde se realizam as oficinas.

A pauta, muitas vezes decidida de forma remota em um grupo de aplicativo de troca de mensagens, se constitui em torno dos interesses da região, apontando desde a necessidade de melhorias na estrada de acesso ou uma obra na escola que se arrasta e não é concluída, passando por denúncias em torno do direito à água, além da cobertura de manifestações culturais da região, como o “Samba de Véio”. Em uma dessas reportagens conseguiram pautar a TV São Francisco, emissora sediada em Juazeiro e afiliada à Rede Globo. O feito foi

motivo de festa para os jovens do Carrapicho e um incentivo para a continuidade dos trabalhos.

A visibilidade que o coletivo conquistava paulatinamente foi chamando a atenção de algumas instituições como a Uneb e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), que possuem *campi* em Juazeiro, convidando os jovens do Carrapicho Virtual a compartilharem suas experiências com professores/as e alunos/as dos cursos de Jornalismo. Em 2018, a equipe do Projeto Pró-Semiárido da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do governo do Estado da Bahia enxergou no Carrapicho uma experiência potente que podia ser replicada em outras cidades da região, criando a linha de Jovens Comunicadores, com o intuito de fortalecer a comunicação feita pelas comunidades.

Com a parceria e a destinação de recursos, foram realizadas oficinas na própria comunidade com profissionais reconhecidos das áreas de edição, fotografia, vídeo e literatura de cordel. A iniciativa contou ainda com a possibilidade de intercâmbio, levando os jovens do coletivo para a cidade de Nova Olinda, no Ceará, para conhecer e trocar experiências com o trabalho da Fundação Casa Grande que proporciona a crianças e adolescentes atividades formativas para a produção de conteúdo audiovisual atrelado à prática do turismo de base comunitária. Além disso, os conhecimentos apreen-

didados nas oficinas serviram para alguns desses jovens como possibilidade de geração de renda extra, oferecendo serviços de fotografia e filmagem de eventos na região de Juazeiro e Petrolina, usufruindo dos equipamentos que foram sendo adquiridos pelo coletivo.

Na esteira desses acontecimentos, o coletivo foi contemplado com recursos de uma instituição filantrópica, com base em um projeto que aliava educomunicação e ecoturismo. Por intermédio desses recursos, foi possível adquirir novos equipamentos e produzir vídeos durante miniexcursões a locais do Vale do Salitre com potencialidade turística, na perspectiva da história, da cultura, da preservação e guiados pelos princípios do turismo de base comunitária.

Em 2019, o documentário “Carrapicho Virtual” foi produzido pela jornalista Anette Bento com recursos do Canal Futura. A realização do documentário proporcionou sua exibição na série “Coletivos Jovens”, no Canal Futura. Outra atividade que tem sido promovida pelo Carrapicho é a realização do Cinema Popular nos povoados e comunidades que constituem o Salitre. Munidos de *notebook*, projetor e caixas de som, são exibidas sessões de cinema ao ar livre de filmes nacionais. Com a ajuda da comunidade, o espaço é preparado para receber espectadores e espectadoras e a parede de uma das casas ou da igreja se converte em tela onde o filme é projetado. E como

“

A consciência do lugar levou à consciência de si. Muitos e muitas dessa juventude, composta em sua maioria por negros/as, reivindicaram sua identidade étnico-racial [...] começaram a assimilar as desigualdades que operam não só no que tange às relações raciais, mas também ao nível do gênero...



Onde quer que esses jovens estejam, o Salitre segue com eles como referencial e os aprendizados e experiências que estão acumulando em suas trajetórias de vida e profissional certamente um dia voltarão para a própria comunidade de onde saíram.

uma boa sessão de cinema, há sempre aquele/a morador/a que prepara a pipoca para compartilhar com os/as demais espectadores/as!

Se no início a ideia de realização do coletivo e das atividades junto a juventude sofreu com a resistência e desconfiança das famílias, hoje a contribuição do Coletivo Carrapicho Cultural na trajetória de cada um/a é algo reconhecido. Os/as jovens que participaram da primeira oficina do Carrapicho Virtual em 2016 cresceram e os resultados da formação crítica e cidadã que experimentaram no coletivo se expressam nos caminhos que muitos deles e muitas delas seguiram.

A abertura dos horizontes de perspectivas fez com que enxergassem a universidade como um caminho natural para seguir e pôr em prática aquilo que aprenderam, assim foram ocupando as cadeiras dos cursos de Jornalismo, Ciências Sociais, Arqueologia e Pedagogia. Áreas do conhecimento que mobilizam o pensamento crítico e político. Outro aspecto importante que as atividades do coletivo provocaram nos/as jovens do Salitre foi a consciência de pertencimento ao seu lugar de origem – geralmente estigmatizado por um olhar que apenas enxerga falta e escassez, acabando por produzir sentimentos de vergonha e fraqueza em seus/suas habitantes –, por meio da valorização da região, a beleza e riqueza da Caatinga e a afirmação da identidade sertaneja-ribeirinha. Se

as dificuldades enfrentadas por moradores e moradoras da região são reconhecidas, as potencialidades são defendidas e celebradas. Conforme a idealizadora do coletivo, “onde quer que esses jovens estejam, o Salitre segue com eles como referencial e os aprendizados e experiências que estão acumulando em suas trajetórias de vida e profissional certamente um dia voltarão para a própria comunidade de onde saíram”.

A consciência do lugar levou à consciência de si. Muitos e muitas dessa juventude, composta em sua maioria por negros/as, reivindicaram sua identidade étnico-racial, sobretudo através do cabelo, assumindo seus cachos, carapinhãs e *black powers*. Em extensão, começaram a assimilar as desigualdades que operam não só no que tange às relações raciais, mas também ao nível do gênero, assumindo-se defensores e defensoras de causas feministas e ligadas ao segmento LGBTQIA+.

Mesmo tendo alguns desses/as jovens saído do Salitre para realizar seus estudos, continuam ligados/as ao coletivo, grudados/as como carrapicho na fibra, compondo um núcleo duro que se esmera para atrair, nas palavras de Érica, “novas ramas”, isto é, outros/as jovens que possam dar continuidade ao coletivo e usufruir de seus aprendizados para a transformação coletiva.





Reprodução da primeira edição do informativo comunitário, publicado pelo "Carrapicho"



Gravação de reportagem com moradores da localidade

Fonte: Acervo do coletivo





Coletivo Carrapicho Virtual

Comunidade rural do Vale do Salitre, Juazeiro, Bahia.

carrapichovirtual.01@gmail.com

Instagram: [@carrapichovirtual](https://www.instagram.com/carrapichovirtual)

Youtube: Carrapicho Virtual

10

Feira Cultural da Reforma Agrária (CE)



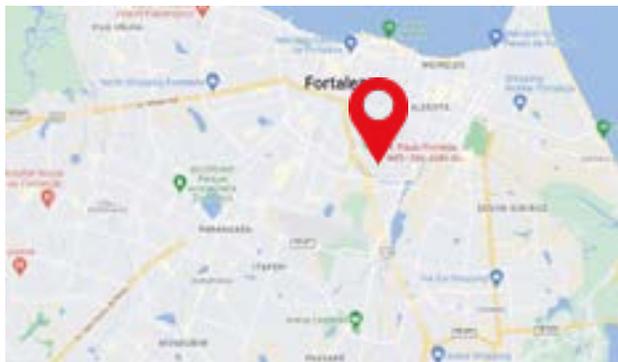
O Brasil se destaca negativamente pela alta concentração fundiária, um problema histórico e estruturante que provoca uma série de impactos para uma estratégia de desenvolvimento tanto rural quanto urbana. Na contramão deste processo de “desenvolvimento nacional” baseado na exclusão e marginalização de grande parte da população do campo, trabalhadores e trabalhadoras rurais vêm procurando estratégias de resistência. Entre elas, a luta tenaz pela reforma agrária se destaca por permitir o acesso à terra e a políticas públicas historicamente negadas a este segmento.

Outro fator que tem se apresentado como um importante empecilho para o avanço dos assentamentos da reforma agrária é a política de comercialização dos produtos agrícolas, que, num cenário político e econômico que privilegia o

Mapa ilustrativo, indicando a localidade onde funciona a sede do movimento.



128



Fonte: Google Maps

agronegócio em detrimento da agricultura familiar, dificulta a comercialização de sua produção. Nesse contexto, as feiras livres aparecem como espaços onde se estabelecem relações estreitas entre produtores e consumidores, proporcionando a participação dos alimentos orgânicos da agricultura familiar na mesa e no prato de brasileiros e brasileiras, além de contribuir para a superação de alguns entraves encontrados no escoamento da produção e no acesso ao público consumidor.

O objetivo da Feira Cultural da Reforma Agrária, espaço de comercialização, sociabilidade e partilha de conhecimentos, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Ceará (MST-CE) consiste em proporcionar à população urbana de Fortaleza o consumo de alimentos

orgânicos e saudáveis, frutos da reforma agrária, ao passo que garante aos produtores e às produtoras rurais assentado/as por todo o Estado do Ceará o escoamento de sua produção. A Feira aproxima produtores e consumidores, sem a atuação de atravessado-

res, com preços justos para ambas as partes, além de ser regada a muita cultura e debates de formação política. Criada no ano de 2016, acontece no segundo sábado de cada mês no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, espaço parceiro que acolhe muitas das iniciativas promovidas pelo MST na capital cearense.

Mamão, banana, macaxeira, batata, melancia, abóbora, limão, alface, couve, castanha de caju, manga, cheiro verde, carnes de porco e de carneiro, galinha caipira, ovos, queijo, cajuína, cachaça orgânica, água de coco, cocada, doces, café, arroz, corante, feijão, farinha, geleia, manteiga da terra e mel de abelha, são alguns dos produtos das áreas de reforma agrária que são comercializados na Feira, além disso também podem ser encontrados camisetas, artesanatos, canecas, bonés e livros.

A Feira abarca a produção de trabalhadores/as de 25 assentamentos rurais cearenses e conta com um consolidado público de consumidores/as que prezam por uma alimentação saudável e por saber quem produz e como são produzidos os alimentos que consomem. De maneira geral, a população frequentadora da Feira se mostra sensível aos ideais de direito à terra, agroecologia e solidariedade que o movimento encarna.



Edição da Feira em Fortaleza

Fonte: Acervo do MST



Consumidores fazendo compras em
uma das edições da Feira Cultural

Fonte: Acervo do MST

Como o próprio nome sugere, a Feira Cultural da Reforma Agrária vai além da comercialização de produtos da agricultura familiar agroecológica, convertendo-se em um ambiente fecundo de discussões e debates em torno de temas relacionados à conjuntura política do país e em um espaço cultural festivo. A feira acontece ao longo do dia, das nove da manhã às quatro da tarde, e se divide em três momentos: a exposição e comercialização dos produtos, trazidos por representantes dos assentamentos; a ação formativa, onde especialistas em um determinado tema de interesse público são convidados para uma roda de conversa com os/as participantes e o público presente na feira; e o almoço cultural, produzido na cozinha do Centro Frei Humberto com os produtos encontrados na feira e servido ao público, tudo isso acompanhado de música, lançamento de livros, recitais e apresentações teatrais, colorindo o lugar como um espaço de celebração, formação política cidadã e defesa de direitos sociais. Articulando a cultura à reforma agrária.

De acordo com a assentada, diretora do setor de produção do MST e uma das coordenadoras do Centro Frei Humberto, Clarice Rodrigues, “a feira é uma possibilidade para quem quer adquirir os produtos do MST poder fazer uma conversa direta com quem produz, conhecendo como e onde se dá a produção e suas histórias de luta e resistência pela terra”. O espaço da feira, além de melhorar a renda das famílias assentadas e acampadas,

traz a possibilidade à população urbana de Fortaleza de consumir produtos agroecológicos, estabelecendo um canal entre campo e cidade, conscientizando as pessoas para a importância do consumo de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e para a necessidade de organização dos trabalhadores rurais em torno da luta pela reforma agrária.

A pandemia de Covid-19, que chegou ao Brasil em março de 2020, impossibilitou a realização da feira tal como ela costumava acontecer. Com o impedimento em realizar eventos que pudessem produzir aglomeração de pessoas – e a consciência da extensão e gravidade da pandemia – as pessoas envolvidas na organização da feira precisaram elaborar novas condições para que os produtos dos assentamentos cearenses continuassem a chegar na mesa dos/as fortalezenses. Assim, foi instituído um serviço de entrega domiciliar em que o/a consumidor/a, por meio do *site* com uma lista de produtos disponíveis, pudessem adquiri-los com maior praticidade e segurança. A medida funcionou e a organização da feira viu o número de pedidos crescer com o passar do tempo. Segundo Clarice, “a percepção é que a pandemia gerou nas pessoas a preocupação com o tipo de alimentos que estavam consumindo e a maneira como eles eram produzidos, o que levou a um aumento da procura por alimentos mais saudáveis”. Com as medidas de relaxamento que foram sendo tomadas com base no avanço da vacinação e

“

As feiras livres aparecem como espaços onde se estabelecem relações estreitas entre produtores e consumidores, proporcionando a participação dos alimentos orgânicos da agricultura familiar na mesa e no prato de brasileiros e brasileiras.



A feira é uma possibilidade para quem quer adquirir os produtos do MST poder fazer uma conversa direta com quem produz, conhecendo como e onde se dá a produção e suas histórias de luta e resistência pela terra.

a queda do número de casos e mortes pelo vírus, a feira pôde voltar a ser realizada presencialmente. Porém, o serviço de entregas continuou a operar visto que essa modalidade acabou por ampliar o número de pessoas com acesso aos produtos comercializados, chegando à região metropolitana de Fortaleza e a um público de perfil mais idoso.

Hoje, quem não pode se deslocar para a Feira consegue realizar seus pedidos através do *site* com uma semana de antecedência, tempo necessário para que os produtos sejam separados, organizados e embalados para serem entregues. Com o aumento da demanda, a feira adentrou o final de semana, passando a ser realizada presencialmente no sábado e reservando o domingo para a realização das entregas.

A Feira Cultural da Reforma Agrária é um notável exemplo de uma experiência social transversal que possibilita a transformação nas relações entre o campo e a cidade, entrelaçando a um só tempo uma produção de baixo impacto ambiental que respeita a saúde do solo e das águas, promove o acesso da população urbana a produtos saudáveis, a formação de uma consciência social crítica, a geração de renda para o homem e a mulher do campo, além de valores como a cooperação e a solidariedade.





Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Rua Paulo Firmeza, 445 - São João do Tauape,
Fortaleza, Ceará

Tel.: (85) 3051-3237

cearaprojetos@gmail.com

<https://feira.centrofreihumberto.com.br/>



Diretoria Executiva Gestão 2022-2024

Aldalice Moura da Cruz Otterloo
Instituto Universidade Popular (Unipop – *PA*)

Athyde José da Motta Filho
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase – *RS*)

Carlos Magno de Medeiros Morais
Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabidá (*PE*)

Cibeles Kuss
Fundação Luterana de Diaconia (*FLD*)
Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin)
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa)

Débora Rodrigues da Silva
Associação Vida Brasil (*BA*)

Henrique Botelho Frota
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria
em Políticas Sociais (Pólis – *SP*)

Juliane Cintra de Oliveira
Ação Educativa (*SP*)

Evanildo Barbosa da Silva
Fase Nacional (*RJ*)

Iara Pietricovsky de Oliveira
Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc – *DF*)

Keila Simpson
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
Travestis e Transsexuais (ABGAT)

Representantes estaduais

Bahia e Sergipe

Camila Veiga de Oliveira
ELO – Ligação e Organização (BA)

Edmundo Kroger
Centro de Educação e Cultura Popular (Cecup)

Mônica Menezes
Centro de Integração Raio de Sol (Ciras)

Ceará

Lucia Albuquerque do Carmo
Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)

Minas Gerais

Makota Celinha
*Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira
(Cenarab)*

Carlos Nagib
ONG Contato

Pará

Maria Raimunda dos Santos Lima
*Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará
(MMCC)*

Gilvan Ferreira de Souza
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa)

Paraná

Cristiane Katzer
Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)

Pernambuco

Wladimir Cardoso Reis
Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo (GRP+)

Nivete Azevedo de Mendonça Silva
Centro das Mulheres do Cabo

Rio de Janeiro

Carla de Carvalho Almeida da Silva
*Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis –
Grupo Ação, Justiça e Paz (CDHJ)*

José Carlos Dionizio
Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária (Profec)

Rio Grande do Sul

Daniela Oliveira Tolfo
Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)

Cris Bruel dos Santos
Coletivo Feminino Plural

Bianca Tribes
Instituto Bem Viver de Florianópolis-sc

São Paulo

Luanda Mayra Chaves Teixeira
*Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades
(Ceert)*

Jéssica Ferreira
Uneafro Brasil

Kátia Maia
Oxfam Brasil

Equipe Abong

Coordenação institucional

Franklin Félix

Gestão administrativo-financeira

Adriana Torreão
Wanderson Borges

Formação

Anna Paula Pedra

Comunicação

Patrícia França
Luiz Gustavo Pires
Diogo Francisco Oliveira

Internacional

Pedro Bocca

Projetos e incidência

Raquel Catalani
Jhonatan Souto
Graciela Medina

Jurídico

Helena Duarte

QUADRO INSTITUCIONAL

EQUIPE DO ISER ACESSORIA

<i>Secretário-executivo</i>	Ivo Lesbaupin, sociólogo
<i>Secretário-adjunto</i>	Névio Fiorin, pastoralista
<i>Teólogo</i>	Celso Carias
<i>Teólogo</i>	Faustino Teixeira
<i>Sociólogo</i>	Francisco Antônio Crisóstomo de Oliveira
<i>Teólogo</i>	Paulo Fernando Carneiro de Andrade
<i>Sociólogo</i>	Pedro A. Ribeiro de Oliveira

DIRETORIA

<i>Presidente</i>	Renata de Castro Menezes, antropóloga
<i>Vice-presidente</i>	Leonardo Boff, teólogo
<i>Secretária</i>	Maria Helena Arrochelas Correa, diretora do Caal
<i>Tesoureira</i>	Terezinha Aparecida de Vasconcelos, assistente social
<i>Vogal</i>	José Cláudio Souza Alves, sociólogo
<i>Conselho Fiscal</i>	Mozart João de Noronha Melo, professor universitário e pastor
	Ricardo de Gouvêa Corrêa, arquiteto
	Regina Célia Reyes Novaes, antropóloga

APOIO TÉCNICA

<i>Secretária</i>	Carla Simone Barbosa de Brito Neves, secretária
<i>Serviços gerais</i>	Maria Mirian Galdino Epifânio, serviços gerais

Tipologia Charter ITC
Acumin Pro

Formato 16 x 16 cm

Papel Pólen Soft 80 g/m²

*Impressão
e acabamento* Max Editora

A cartilha "Nossos Saberes: práticas para transformar o mundo" reúne dez práticas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais pelo Brasil que apontam caminhos para a construção de uma outra sociedade. Diante de um modelo exploratório que vem destruindo nosso planeta e a vida dos povos, experiências comunitárias comprovam que há alternativas, vividas a partir de outros paradigmas. São alternativas que têm como pilares os nossos saberes, que falam a partir da solidariedade, da cooperação e do cuidado, que circulam pela promoção da vida com dignidade para todas as pessoas e em respeito à natureza.

Boa leitura!

MISEREOR
BOMBA BILFBERG



ibase
INSTITUTO BRASILEIRO
DE APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Assessoria
SOCIAL, CULTURAL E JORNALÍSTICA

Abong 30
ANOS

